

EXERCÍCIO 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FUNDO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE  
**PARANATAMA**  
TRABALHANDO PELO BEM-ESTAR DA NOSSA GENTE

*José Valmir Pimentel de Gois*

PREFEITO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
Acesse em: <https://ctce.tce.pc.gov.br/epi/validador.seam> Código do documento: e93ca3b2-31bd-49e6-49e0-52723785a8dc



Unidade Gestora ED

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO PRINCIPAL</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Ingressos		24.910.564,65	20.007.117,91
Receitas Derivadas e Originárias	1FC	160.362,72	167.980,34
Transferências Correntes Recebidas	2FC	18.465.832,41	16.072.199,04
Outros Ingressos Operacionais		6.284.369,52	3.926.638,53
Ingressos Extra-Orçamentários		2.526.627,25	1.943.652,54
Transferências Financeiras Recebidas		3.757.742,27	1.983.185,99
Desembolsos (Incluídos RAP)		25.181.818,06	20.118.825,23
Pessoal e Demais Despesas	3FC	18.766.883,52	15.010.842,77
Juros e Encargos da Dívida	4FC		
Transferências Concedidas	2FC	3.309.529,71	2.677.497,58
Outros Desembolsos Operacionais		3.105.404,83	2.401.834,88
Desembolsos Extra-Orçamentários		2.207.084,96	1.700.125,40
Transferências Financeiras Concedidas		898.319,87	680.559,48
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>271.253,41</b>	<b>89.907,32</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
Desembolsos			
Aquisição de Ativo não Circulante			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos			
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Ingressos			214.000,00
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes			
Transferências de Capital Recebidas			214.000,00
Outros Ingressos de Financiamentos			
Desembolsos			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamentos			
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)</b>			<b>214.000,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>			
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)		271.253,41	153.092,68
<b>(+) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial</b>		<b>510.983,11</b>	<b>357.890,43</b>
<b>(=) Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>		<b>239.729,70</b>	<b>510.983,11</b>

**JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS**

**LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Unidade Gestora ED

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		<b>160.362,72</b>	<b>177.880,34</b>
Receita Tributária		66.665,78	88.85,13
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades		88.627,57	90,21
Outras Receitas Derivadas e Originárias		5.069,37	5,00
<b>QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>		<b>18.465.832,41</b>	<b>16.072.999,04</b>
Transferências Correntes Recebidas		18.465.832,41	16.072.999,04
Intergovernamentais		1.413.049,54	1.328.64,59
União		1.413.049,54	1.328.64,59
Estados e Distrito Federal			
Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas		17.052.782,87	14.744.34,45
<b>Total das Transferências Recebidas</b>		<b>18.465.832,41</b>	<b>16.072.999,04</b>
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>3.309.529,71</b>	<b>2.677.997,58</b>
Intergovernamentais			
União			
Estados e Distrito Federal			
Municípios			
Intragovernamentais		3.309.529,71	2.677.997,58
Outras Transferências Concedidas			
<b>Total das Transferências Concedidas</b>		<b>3.309.529,71</b>	<b>2.677.997,58</b>
<b>QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		<b>18.766.883,52</b>	<b>15.070.342,77</b>
<b>LEGISLATIVA</b>			
JUDICIARIA			
<b>ESSENCIAL A JUSTIÇA</b>			
ADMINISTRAÇÃO			
DEFESA NACIONAL			
SEGURANÇA PÚBLICA			
RELAÇÕES EXTERIORES			
ASSISTENCIA SOCIAL			
PREVIDENCIA SOCIAL			
SAÚDE			
TRABALHO			
EDUCAÇÃO		18.733.233,93	14.914.017,82
CULTURA		32.406,59	80.344,95
DIREITOS DA CIDADANIA			
URBANISMO			
HABITAÇÃO			
SANEAMENTO			
GESTÃO HABIENTAL			
CIÊNCIA E TÉCNOLOGIA			

Documento assinado digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
 Acesso em: 01/01/2022 às 10:00:00  
 URL: https://epec.pe.gov.br/portal/validacao

**JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS**

**LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Unidade Gestora ED

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
AGRICULTURA			
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			
INDÚSTRIA			
COMÉRCIO E SERVIÇOS			
COMUNICAÇÕES			
ENERGIA			
TRANSPORTE			
DESPORTO E LAZER		1.243,00	1.280,00
ENCARGOS ESPECIAIS			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>		<b>18.766.883,52</b>	<b>15.000.942,77</b>
<b>QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>			

Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
 Acesso em: https://tce.te.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam?codigo\_documento:c93ca3b2-31bd-49e6-a9e0-52723785ad8c

**JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS**

**LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



# INTRUDUÇÃO

Os Fluxos de Caixa foi elaborado em conformidade com o Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 6, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08.

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

É importante destacar que todo esse processo de convergência também tem por objetivo o cumprimento integral



da legislação vigente, sobretudo a Lei nº 4.320/1964. Nesse contexto e alinhado com as normas internacionais, a Resolução CFC nº 1.133/2008 aprovou a NBCT 16.6, que estabelece novas demonstrações além daquelas previstas na Lei nº 4.320/1964, quais sejam: Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008). No que se refere à atualização e inserção de novos demonstrativos contábeis, anexo da Lei nº 4.320/1964, a própria lei, no seu art. 113 (transcrito abaixo), atribui competência ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, órgão este que não existe mais na estrutura do Ministério da Fazenda. Art. 113. Para a uniforme aplicação das presentes normas, o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda atenderá a consultas, coligirá elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos, expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas, e atualizará sempre que julgar conveniente, os anexos que integram a presente lei. (BRASIL, 1964).



As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2022. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

Os Fluxos de Caixa, evidencia as alterações quantitativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária indicando o resultado patrimonial do exercício.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e item 9 da Resolução TCE-PE nº 189/2022, conforme anexos XIX e XXIV. Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando a Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade relativo ao exercício de 2022, observa-se que o saldo inicial em 01 de janeiro em caixa e



equivalentes de caixa foi de R\$ 510.983,11, enquanto o saldo ao final do exercício em 31 de dezembro foi de R\$ 239.729,70. Houve uma Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa na ordem de R\$ 271.253,41.

A seguir será apresentada a demonstração dos fluxos de caixa na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
Contador



## a) Informações Gerais:

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOSL LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLANTE  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam?CodigoDoc=93602341490549e052729785ad4c>

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 124-4 - Município.
CNPJ 30.617.473/0001-01
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64 atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS - LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
Acesse em: [https://etec.tce.pe.gov.br/ppp/validarDoc.aspx?seam=Código do documento: c93c43b2-31bd-49e6-49e0-52723785ad8c](https://etec.tce.pe.gov.br/ppp/validarDoc.aspx?seam=Código%20do%20documento:c93c43b2-31bd-49e6-49e0-52723785ad8c)

**Dados do gestor (Prefeito do Município):**

Nome: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS.

Cargo: Prefeito.

Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022

**DADOS DO GESTOR DO FUNDO:**

NOME: EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

**Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:**

Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - [lplc.contabil@gmail.com](mailto:lplc.contabil@gmail.com)

**Dados do Controlador Geral do Município:**

Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 -

[victorleonardo1611@hotmail.com](mailto:victorleonardo1611@hotmail.com)

**Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:**

TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP

**Endereço eletrônico do Portal da Transparência:**

<http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia>



## RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### B) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS:

**b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:** Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 067/2019 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Na consolidação das demonstrações contábeis não foram excluídas as transações recíprocas de natureza intra-orçamentárias conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 190/2022.

**b.2. Bases de mensuração utilizadas:** O Fluxo de Caixa foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento às NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:** Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

**b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:** Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12 Apuração do resultado:** No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



## c) APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

### c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Nota 1) O valor dos ingressos decorrentes das atividades operacionais:** Foi de R\$ 24.910.654,65 para o exercício de 2022

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO PRINCIPAL</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Ingressos		24.910.564,65	20.057.917,91
Receitas Derivadas e Originárias	1FC	160.362,72	57.980,34
Transferências Correntes Recebidas	2FC	18.465.832,41	16.072.999,04
Outros Ingressos Operacionais		6.284.369,52	3.926.938,53
Ingressos Extra-Orçamentários		2.526.627,25	1.943.152,54
Transferências Financeiras Recebidas		3.757.742,27	1.983.785,99

**Nota 2) O valor dos desembolsos decorrentes das atividades operacionais:** Foi de R\$ 25.181.818,83 para o exercício de 2022. Conforme Quadro abaixo:

Desembolsos (Incluídos RAP)		25.181.818,06	20.118.825,23
Pessoal e Demais Despesas	3FC	18.766.883,52	15.010.342,77
Juros e Encargos da Dívida	4FC		
Transferências Concedidas	2FC	3.309.529,71	2.677.397,58
Outros Desembolsos Operacionais		3.105.404,83	2.431.084,88
Desembolsos Extra-Orçamentários		2.207.084,96	1.750.325,40
Transferências Financeiras Concedidas		898.319,87	680.759,48

**Nota 3) O fluxo de caixa líquido:** Foi obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2022 foi de R\$ 1.415.085,49. Conforme Demonstrativo abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO PRINCIPAL</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Ingressos		87.068.884,83	69.025.880,65
Desembolsos (Incluídos RAP)		88.483.970,32	69.831.078,22
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		1.415.085,49	805.197,57

**Nota 04) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Ingressos:** Não houve ingressos decorrentes das atividades de investimentos no exercício de 2022.

**Nota 05) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Desembolso:** Não houve ingressos decorrentes das atividades de investimentos no exercício de 2022.

**Nota 06) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Resultado de Caixa:** Não houve ingressos decorrentes das atividades de investimentos no exercício de 2022.

**NOTA 07) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO INGRESSOS:** O valor dos ingressos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 850.172,19 em transferências de créditos de capital recebido.



**NOTA 08) ATIVADES DE FINANCIAMENTO DESEMBOLSO:** O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 0,00 de outros desembolsos de financiamento.

**NOTA 10) ATIVADES DE FINANCIAMENTO RESULTADO DE CAIXA:** O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2022 foi de R\$ 271.253,41. Conforme Quadro demonstrativo abaixo:

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	271.253,41	153.092,68
(+) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	510.983,11	357.890,43
(=) Caixa e Equivalente de Caixa Final	239.729,70	510.983,11

**NOTA 11) A geração de caixa líquida ao final do exercício de 2022:** Foi de R\$ 271.253,41, resultante da comparação do saldo em caixa e equivalente de caixa inicial no valor de R\$ 510.983,11 e mais Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa final de R\$ 239.729,70.

**NOTA 11) Equivalente de Caixa Inicial:** Foi incluído na linha Caixa e equivalente de caixa inicial e final os valores de R\$ 510.983,11 e R\$ 393729,11 respectivamente classificadas no nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014. O valor foi classificado neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

**d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

Relevância	Descrição	2022	2021
1º	PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	R\$ 17.766.883,52	R\$ 20.118825,23
2º	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	R\$ 3.757.742,47	R\$ 1.983.785,99
3º	OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	R\$ 3.105.404,83	R\$ 2.431084,40



## H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

### ANEXO XIV

#### DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída



Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
<b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP</b>				
<b>Ação Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP</b>				
<b>Ação Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

## Instrumentalização e Metodologia

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) passou a fazer parte das demonstrações contábeis do setor público após as primeiras edições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ao final de 2008. Contudo, só passou a ser obrigatória a partir do exercício de 2015 de acordo com as regras contidas na 6ª edição do MCASP, aprovada pela [Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014](#).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por um quadro principal onde se apresentam os fluxos de caixa das atividades **operacionais**, de **investimento** e de **financiamento**.

De acordo com a NBC TSP 12, a DFC é composta pelos seguintes fluxos das atividades:

Operacionais que são as atividades relacionadas por exemplo a arrecadação de impostos e pagamento de pessoal.

De financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

De investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo, por exemplo a venda de ativos não circulantes, e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Vale ressaltar que uma transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. A NBC TSP 12 exemplifica esta possibilidade da seguinte forma: quando o desembolso de caixa, para pagamento de empréstimo, inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade operacional, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de



financiamento.

Além dos fluxos das atividades, o quadro principal da DFC também evidencia geração líquida de caixa e equivalente de caixa que compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

PARANATAMA – PE, 31/12/2022.

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS  
Prefeito

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
Contador

EXERCÍCIO 2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA DE  
**PARANATAMA**  
TRABALHANDO PELO BEM-ESTAR DA NOSSA GENTE

*José Valmir Pimentel de Gois*

PREFEITO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
Acesse em: [https://ctce.tce.pc.gov.br/epp/alfahaDoc.scm?Codigo\\_documento=c93ca3b2-31bd-49e6-49e0-52723785a8dc](https://ctce.tce.pc.gov.br/epp/alfahaDoc.scm?Codigo_documento=c93ca3b2-31bd-49e6-49e0-52723785a8dc)





ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO PRINCIPAL</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Ingressos		3.035.099,22	1.783.668,30
Receitas Derivadas e Originárias	1FC	27.746,01	8.064,21
Transferências Correntes Recebidas	2FC	1.249.508,76	391.109,52
Outros Ingressos Operacionais		1.757.844,45	1.383.94,57
Ingressos Extra-Orçamentários		106.177,63	112.64,97
Transferências Financeiras Recebidas		1.651.666,82	1.221.429,60
Desembolsos (Incluídos RAP)		2.930.975,71	1.673.833,71
Pessoal e Demais Despesas	3FC	2.811.718,95	1.533.380,17
Juros e Encargos da Dívida	4FC		
Transferências Concedidas	2FC	13.577,29	15.453,23
Outros Desembolsos Operacionais		105.679,47	100.060,31
Desembolsos Extra-Orçamentários		100.064,82	100.060,31
Transferências Financeiras Concedidas		5.614,65	
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>104.123,51</b>	<b>109.434,59</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
Desembolsos			
Aquisição de Ativo não Circulante			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos			
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Ingressos			
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes			
Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamentos			
Desembolsos			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamentos			
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)</b>			
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>			
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)</b>		<b>104.123,51</b>	<b>110.434,59</b>
<b>(+) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial</b>		<b>181.210,44</b>	<b>70.775,85</b>
<b>(=) Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>		<b>285.333,95</b>	<b>181.210,44</b>

Documento Assinado em 31/12/2022 por JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
 Acesso em: https://www.paranatama.pe.gov.br/portal/assinatura/assinatura.php?docId=966166&codigo=documento:c93ca3b2-31bd-49e6-a9e0-52723785ad8c

**JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS**

**LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		<b>27.746,01</b>	<b>164,21</b>
Receita Tributária		914,03	148,70
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades		26.831,98	10,31
Outras Receitas Derivadas e Originárias			105,20
<b>QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>		<b>1.249.508,76</b>	<b>301.509,52</b>
Transferências Correntes Recebidas		1.249.508,76	301.509,52
Intergovernamentais		1.249.508,76	301.509,52
União		1.249.508,76	301.509,52
Estados e Distrito Federal			
Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
<b>Total das Transferências Recebidas</b>		<b>1.249.508,76</b>	<b>301.509,52</b>
Transferências Concedidas		13.577,29	993,23
Intergovernamentais			
União			
Estados e Distrito Federal			
Municípios			
Intragovernamentais		13.577,29	993,23
Outras Transferências Concedidas			
<b>Total das Transferências Concedidas</b>		<b>13.577,29</b>	<b>993,23</b>
<b>QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		<b>2.811.718,95</b>	<b>1.555.243,88</b>
LEGISLATIVA			
JUDICIARIA			
ESSENCIAL A JUSTIÇA			
ADMINISTRAÇÃO			
DEFESA NACIONAL			
SEGURANÇA PÚBLICA			
RELAÇÕES EXTERIORES			
ASSISTENCIA SOCIAL		2.791.769,71	1.555.243,88
PREVIDENCIA SOCIAL			
SAÚDE			
TRABALHO			
EDUCAÇÃO			
CULTURA			
DIREITOS DA CIDADANIA			
URBANISMO			
HABITAÇÃO			
SANEAMENTO			
GESTÃO HABIENTAL			
CIÊNCIA E TÉCNOLOGIA			

Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS  
 Acesso em: 08/12/2022 às 10:00:00  
 URL: https://eccc.ce.gov.br/epi/validarDoc  
 Código do documento: c93ca3b2-31bf-49e6-b9e6-2723785ad8c

**JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS**

**LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Unidade Gestora AS

Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
 Acesso em: https://atendimento.pe.gov.br/epp/validacao.seam?codigo\_documento=c93ca3b2-31bd-49e6-a9e0-52723785ad8c

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
AGRICULTURA			
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			
INDÚSTRIA		19.949,24	36,29
COMÉRCIO E SERVIÇOS			
COMUNICAÇÕES			
ENERGIA			
TRANSPORTE			
DESPORTO E LAZER			
ENCARGOS ESPECIAIS			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>		<b>2.811.718,95</b>	<b>1.573.780,17</b>
<b>QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>			

**JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS**

**LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



# INTRUDUÇÃO

Os Fluxos de Caixa foi elaborado em conformidade com o Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 6, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08.

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

É importante destacar que todo esse processo de convergência também tem por objetivo o cumprimento integral



da legislação vigente, sobretudo a Lei nº 4.320/1964. Nesse contexto e alinhado com as normas internacionais, a Resolução CFC nº 1.133/2008 aprovou a NBCT 16.6, que estabelece novas demonstrações além daquelas previstas na Lei nº 4.320/1964, quais sejam: Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008). No que se refere à atualização e inserção de novos demonstrativos contábeis, anexo da Lei nº 4.320/1964, a própria lei, no seu art. 113 (transcrito abaixo), atribui competência ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, órgão este que não existe mais na estrutura do Ministério da Fazenda. Art. 113. Para a uniforme aplicação das presentes normas, o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda atenderá a consultas, coligirá elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos, expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas, e atualizará sempre que julgar conveniente, os anexos que integram a presente lei. (BRASIL, 1964).



As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2022. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

Os Fluxos de Caixa, evidencia as alterações quantitativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária indicando o resultado patrimonial do exercício.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e item 9 da Resolução TCE-PE nº 189/2022, conforme anexos XIX e XXIV. Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do



balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando a Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade relativo ao exercício de 2022, observa-se que o saldo inicial em 01 de janeiro em caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 181.210,44, enquanto o saldo ao final do exercício em 31 de dezembro foi de R\$ 285.333,95. Houve uma Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa na ordem de R\$ 104.123,51.

A seguir será apresentada a demonstração dos fluxos de caixa na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES  
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA



## a) Informações Gerais:

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 124-4 - Município.
CNPJ 15.303.378/0001-31
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além dos repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64 atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>Dados do gestor (Prefeito do Município):</b> Nome: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022
<b>DADOS DO GESTORA DO FUNDO:</b> NOME: LAISE LEONEL PEREIRA LOPES
<b>Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</b> Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - lplc.contabil@gmail.com
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 - victorleonardo1611@hotmail.com
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia">http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia</a>

Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/portal>



## RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### B) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS:

**b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:** Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 067/2019 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Na consolidação das demonstrações contábeis não foram excluídas as transações recíprocas de natureza intra-orçamentárias conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 190/2022.

**b.2. Bases de mensuração utilizadas:** O Fluxo de Caixa foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento às NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:** Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

**b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:** Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12 Apuração do resultado:** No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



## c) APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

### c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Nota 1) O valor dos ingressos decorrentes das atividades operacionais:** Foi de R\$ 3.035.099,22 para o exercício de 2022

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO PRINCIPAL			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		3.035.099,22	1.783.768,30
Receitas Derivadas e Originárias	1FC	27.746,01	8.364,21
Transferências Correntes Recebidas	2FC	1.249.508,76	391.509,52
Outros Ingressos Operacionais		1.757.844,45	1.383.894,57
Ingressos Extra-Orçamentários		106.177,63	112.464,97
Transferências Financeiras Recebidas		1.651.666,82	1.271.429,60

**Nota 2) O valor dos desembolsos decorrentes das atividades operacionais:** Foi de R\$ 2.930.975,71 para o exercício de 2022. Conforme Quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO PRINCIPAL			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Desembolsos ( Incluídos RAP)		2.930.975,71	1.673.333,71
Pessoal e Demais Despesas	3FC	2.811.178,95	1.573.180,17
Juros e Encargos da Dívida	4FC		
Transferências Concedidas	2FC	13.577,29	6.493,23
Outros Desembolsos Operacionais		105.679,47	93.660,31
Desembolsos Extra-Orçamentários		100.064,82	93.660,31
Transferências Financeiras Concedidas		5.614,65	

**Nota 3) O fluxo de caixa líquido:** Foi obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2022 foi de R\$ 104.123,51. Conforme Demonstrativo abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO PRINCIPAL			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		3.035.099,22	1.783.768,30
Desembolsos ( Incluídos RAP)		2.930.975,71	1.673.333,71
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		104.123,51	110.434,59

**Nota 04) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Ingressos:** Não houve ingressos decorrentes das atividades de investimentos no exercício de 2022.

**Nota 05) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Desembolso:** Não houve ingressos decorrentes das atividades de investimentos no exercício de 2022.

**Nota 06) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Resultado de Caixa:** Não houve ingressos decorrentes das atividades de investimentos no exercício de 2022.



**NOTA 07) ATIVADES DE FINANCIAMENTO INGRESSOS:** O valor dos ingressos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 850.172,19 em transferências de créditos de capital recebido.

**NOTA 08) ATIVADES DE FINANCIAMENTO DESEMBOLSO:** O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 0,00 de outros desembolsos de financiamento.

**NOTA 10) ATIVADES DE FINANCIAMENTO RESULTADO DE CAIXA:** O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2022 foi de 0,00. Conforme Quadro demonstrativo abaixo:

**NOTA 11) A geração de caixa líquida ao final do exercício de 2022:** NÃO HOUVE

**NOTA 11) Equivalente de Caixa Inicial:** Foi incluído na linha Caixa e equivalente de caixa inicial e final os valores de R\$ 181.210,44 e R\$ 285.333,95 respectivamente classificadas no nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014. O valor foi classificado neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 7ª Edição/Anexos/PCASP/IPC 00 Anexo 03. Estes valores encontram-se na linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO			
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)		104.123,51	110.434,59
(+) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		181.210,44	70.775,85
(=) Caixa e Equivalente de Caixa Final		285.333,95	181.210,44

**d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00



## f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

**f.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

### f.2. Itens mais relevantes que compõem o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Relevância	Descrição	2022	2021
1º	PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	R\$ 2.811.718,95	R\$ 1.573.180,17
2º	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	R\$ 1.249.508,76	R\$ 391.509,52
3º	OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	R\$ 105.679,47	R\$ 93.660,31

### f.3. QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS:

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	1.249.508,76	391.509,52
Transferências Correntes Recebidas	1.249.508,76	391.509,52
Intergovernamentais	1.249.508,76	391.509,52
União	1.249.508,76	391.509,52
Estados e Distrito Federal		
Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>1.249.508,76</b>	<b>391.509,52</b>

### f.4. QUADRO DE DESEMBOLSOS POR FUNÇÃO:

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	2.811.718,95	1.573.180,17
ASSISTENCIA SOCIAL	2.791.769,71	1.555.243,88
INDÚSTRIA	19.949,24	17.936,29
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>2.811.718,95</b>	<b>1.573.180,17</b>



## H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

### ANEXO XIV

#### DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída



Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
<b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP</b>				
<b>Ação Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP</b>				
<b>Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público</b>				
<b>Ação Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

## Instrumentalização e Metodologia

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) passou a fazer parte das demonstrações contábeis do setor público após as primeiras edições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ao final de 2008. Contudo, só passou a ser obrigatória a partir do exercício de 2015 de acordo com as regras contidas na 6ª edição do MCASP, aprovada pela [Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014](#).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por um quadro principal onde se apresentam os fluxos de caixa das atividades **operacionais**, de **investimento** e de **financiamento**.

De acordo com a NBC TSP 12, a DFC é composta pelos seguintes fluxos das atividades:

Operacionais que são as atividades relacionadas por exemplo a arrecadação de impostos e pagamento de pessoal.

De financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

De investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo, por exemplo a venda de ativos não circulantes, e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Vale ressaltar que uma transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. A NBC TSP 12 exemplifica esta possibilidade da seguinte forma: quando o desembolso de caixa, para pagamento de empréstimo, inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade operacional, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de



financiamento.

Além dos fluxos das atividades, o quadro principal da DFC também evidencia geração líquida de caixa e equivalente de caixa que compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**PARANATAMA – PE, 31/12/2022.**

**LAISE LEONEL PEREIRA LOPES**  
**SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA**

**LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE**  
Contador



**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

Exercício de 2022

**ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS  
 Acesse em: https://cfece.fpf.gov.br/epp/validaDoc.seam?docId=32116149e649e09272581ad8c

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	4	-286.650,61	875.219,44
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4	1.054.857,47	1.341.588,88

<b>A - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		<b>7.054.583,11</b>	<b>6.899.299,55</b>
Intergovernamentais		7.054.583,11	6.899.299,55
da União		6.773.654,69	6.830.423,75
de Estados e Distrito Federal		280.928,42	68.865,10
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas		0,00	0,00
<b>Total das Transferências Recebidas</b>		<b>7.054.583,11</b>	<b>6.899.299,55</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		<b>567.410,67</b>	<b>184.299,77</b>
Intergovernamentais		0,00	0,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios		0,00	0,00
Intragovernamentais		567.410,67	184.299,77
Outras transferências concedidas		0,00	0,00
<b>Total das Transferências Concedidas</b>		<b>567.410,67</b>	<b>184.299,77</b>

<b>B - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SAÚDE		12.865.761,09	12.382.763,07
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>		<b>12.865.761,09</b>	<b>12.382.763,07</b>

VALDI PIMENTEL DE GOIS  
 Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491  
 Dados: 2023.03.14 08:17:55 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461  
 Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461  
 Dados: 2023.03.13 20:49:39 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS  
 SEC. DE SAÚDE  
 786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO  
 CONTADORA  
 CRC-PE 029272/O-9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
JANEIRO A DEZEMBRO

Exercício de 2022

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA



Documento Assinado Digitalmente por VALDI PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.ream> Código do documento: c93ca3b2-31bd-49e6-49e0-52723785add8c

**C - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491  
Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491  
Dados: 2023.03.14 08:18:22 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS  
SEC. DE SAÚDE  
786.797.534-91

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461  
Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461  
Dados: 2023.03.13 20:50:01 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO  
CONTADORA  
CRC-PE 029272/O-9

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022**  
**Município: Paranatama**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLCANTE  
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c93ca3b2-31bd-49e6-a9e0-52723785ad8c

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

**Nome da Entidade:**

Fundo Municipal de Saúde de Paranatama

**CNPJ:**

11.642.133/0001-88

**Endereço da entidade:**

Rua Roldão Guimarães, nº 90, bairro Centro, CEP: 55.355-000

**Natureza jurídica da entidade:**

O Fundo Municipal de Saúde de Paranatama é concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público”.

**Natureza das operações e principais atividades da entidade:**

Este Fundo Municipal de Saúde a possui como atividade principal a “ Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 243, de 17 de novembro de 2021 (LOA 2022). Sua atividade financeira origina-se do recolhimento de repasses financeiros da Prefeitura Municipal, repasses da União e Estado, além de doações em geral.

**Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceram o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas. Por fim, este demonstrativo está em conformidade com o exigido para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e está seguindo as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC), do TCE-PE.

**Nome do Gestor:**

Valdi Pimentel de Góis, cargo: Secretário de Saúde. Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

**Nome, CRC e e-mail do(a) contador(a) responsável:**

Karla Thaisa Peixoto Agostinho, CRC nº 029272/O-9, e-mail: karla@naap.com.br

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

**Bases de Mensuração utilizadas:**

De acordo com o MCASP, 9ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 9ª edição.

**Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022**  
**Município: Paranatama**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLANTE  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c93ca3b2-31bd-49e6-a9e0-52723785ad8c

**Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

**Critérios para Reconhecimento de Receitas e Despesas:**

As receitas e despesas da DFC seguirão o regime contábil de Caixa, visto que se trata de um demonstrativo exclusivamente de fluxo de natureza financeira. Além disso, de acordo com o MCASP, 9ª edição, este demonstrativo deve ser elaborado pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa.

**c) DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA E SEUS ASPECTOS:**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Além disso, também pode ser analisado a parcela dos recursos utilizada para pagamento de dívidas e investimentos, se comparado com o resultado do período e com o passivo.

A DFC, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 9ª edição, é composta por:

- Quadro Principal;
- Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
- Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

**Quadro Principal:**

Este quadro demonstra as entradas e saídas de recursos relativas às Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento da entidade.

**Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas:**

Este quadro detalha as transferências recebidas e concedidas, seja entre entidades do mesmo município, seja de/entre outros entes da Federação.

**Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função:**

Neste quadro detalha-se os pagamentos por função orçamentária.

**Quadro de Juros e Encargos da Dívida:**

Este quadro expõe o comportamento dos juros e outros encargos da dívida (interna ou externa).

**d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**

**d.1) A seguir, serão demonstradas, de forma sistemática, as referências cruzadas com o título “Nota” e com seu respectivo número, baseadas nas informações do demonstrativo contábil, possibilitando uma melhor interpretação dos usuários.**

**Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:**

O fluxo de caixa líquido, que é mensurado através da diferença entre os ingressos e os desembolsos de 2022, totalizou: R\$ 336.035,98.

**Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:**

O fluxo de caixa líquido foi de: R\$ 622.686,59.

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022**  
**Município: Paranatama**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLANTE  
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c93ca3b2-31bd-49e6-a9e0-52723785ad8c

**Nota 3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:**

O fluxo de caixa líquido foi de: R\$ 0,00.

**Nota 4 – Apuração do Fluxo de Caixa do Período:**

O valor do caixa e equivalente de caixa vindo do exercício de 2021 foi R\$ 1.341.508,08. Ao final de 2022, o valor encontrado foi R\$ -286.650,61. Houve um decréscimo de R\$ 1.054.857,47.

**Observação à nota 4 - Itens incluídos em Caixa e Equivalentes de Caixa na DFC:**

De acordo com o MCASP, estão compreendidos em Caixa e equivalentes de caixa o numerário em espécie (dinheiro) e depósitos bancários disponíveis, além de aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez.

<b>CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ENTRE A DFC E O BALANÇO PATRIMONIAL:</b>		
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa (Saldo em Caixa e Equivalentes)</b>	<b>Balanço Patrimonial (Saldo em Caixa e Equivalentes)</b>	<b>Diferença</b>
R\$ 1.054.857,47	R\$ 1.054.857,47	R\$ 0,00

Não há divergência entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) em relação ao Balanço Patrimonial.

**e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**2. Divulgações não financeiras:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOLICITADAS NOS ANEXOS XIX E XXIV DA RESOLUÇÃO TC Nº 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022:**

**1. Itens mais relevantes que compõem o Fluxo de Caixa:**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Pessoal e Demais Despesas	R\$ 12.865.761,09	R\$ 12.382.763,07
Transferências Financeiras Recebidas	R\$6.163.109,54	R\$ 4.888.929,84

**2. Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa mantidos, que não estão disponíveis para uso imediato:**

<b>Saldo em 31/12/2021:</b>	<b>Saldo em 31/12/2022:</b>
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**3. Informações relevantes sobre Transações de Investimento e Financiamento que não envolvem o uso de caixa:**

<b>Saldo em 31/12/2021:</b>	<b>Saldo em 31/12/2022:</b>
-----------------------------	-----------------------------

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Órgão: Fundo Municipal de Saúde - Exercício: 2022**  
**Município: Paratama**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLANTE  
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c93ca3b2-31bd-49e6-a9e0-52723785ad8c

R\$ 0,00	R\$ 0,00
----------	----------

**4. Ajustes relacionado às Retenções:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**5. Adequação ao PIPCP:**

As informações apresentadas nesta Demonstração, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491  
Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491  
Dados: 2023.03.14 08:18:44 -03'00'

**Valdi Pimentel de Góis**  
**Gestor**

KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461  
Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:04907067461  
Dados: 2023.03.13 20:51:00 -03'00'

**Karla Thaisa Peixoto Agostinho**  
**Contadora**  
**CRC-PE nº 029272/O-9**

**Paratama, 13/03/2023**